



FACULDADES INTEGRADAS DE TAGUAÍ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

CARLA THAIS CASTRO BRUNO

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TAGUAÍ – SP
2025

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de curso apresentado no curso de Graduação em Pedagogia nas Faculdades Integradas de Taguaí sob a orientação do Professor Mestre Luiz Alcides José Oliveira.

TAGUAÍ – SP
2025

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo Professor Mestre Luiz Alcides José Oliveira apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia das Faculdades Integradas de Taguaí, como requisito para obtenção do grau de graduado em Pedagogia.

APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Luiz Alcides José Oliveira

Prof. Especialista Telma Cristina Ciano da Silva Ferri Barberio

Prof. Me José Dienison de chechi



AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por sua direção, proteção e força concedida ao longo de toda esta jornada acadêmica.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Lúiz Alcides, pela dedicação, paciência e valiosas orientações, que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Agradeço também a coordenadora Telma Cristina Ciano da Silva Ferri Barbeiro, por todo apoio e incentivo durante todos os anos trilhados na faculdade, os agradecimentos também não poderiam faltar ao Professor José Dienison de Chechi por todo conhecimento, em suma agradeço a todos vocês por contribuir e apoiar a realização desse sonho.

À minha família, que é meu maior alicerce: aos meus filhos Laura, Sofia e Matheus, pelo amor e inspiração diários; ao meu marido Márcio, pelo apoio constante e incentivo incondicional; e à minha mãe, Lenira, por todo carinho, compreensão e ensinamentos que me acompanharam ao longo da vida.

A todos vocês, dedico minha gratidão, pois sem o suporte e o amor de cada um, esta conquista não teria sido possível.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da literatura infantil no processo de formação de leitores na Educação Infantil, destacando sua contribuição para o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e emocional das crianças. A pesquisa parte da problematização acerca de como as práticas de incentivo à leitura podem ser efetivamente implementadas em contextos socioeconômicos diversos e desiguais, considerando os desafios enfrentados por professores e famílias na promoção de uma leitura significativa e prazerosa. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Freire, Piaget, Vygotsky, Lajolo, Zilberman, Candido e Nejar, que compreendem a leitura como prática social, cultural e formativa. O estudo está estruturado em três capítulos: o primeiro aborda a literatura infantil como recurso pedagógico e sua trajetória histórica no Brasil; o segundo discute o lúdico e o brincar como aliados da leitura, ressaltando o papel do professor como mediador desse processo; e o terceiro apresenta os principais desafios e possibilidades para a promoção da leitura na escola, considerando as barreiras sociais, a formação docente e as estratégias pedagógicas que favorecem a constituição de leitores críticos e autônomos. Conclui-se que a literatura infantil, articulada ao brincar e a práticas pedagógicas inclusivas, constitui-se como ferramenta essencial no processo de letramento, além de garantir às crianças o direito ao acesso à cultura escrita. Assim, investir em políticas educacionais, práticas escolares e ações familiares que fortaleçam o contato da criança com o livro e com a leitura contribui para sua formação integral e para sua participação ativa na sociedade.

Palavras-chave: Literatura infantil. Leitura. Educação Infantil. Lúdico. Formação de leitores.

INTRODUÇÃO

A leitura constitui-se como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral do ser humano, desempenhando papel determinante na Educação Infantil e na formação de sujeitos críticos, criativos e participativos. O contato com os livros desde os primeiros anos de vida contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo e linguístico, mas também para a ampliação da imaginação, do repertório cultural e da capacidade de compreensão do mundo, influenciando a forma como a criança percebe e interage com a realidade que a cerca.

Nessa perspectiva, Paulo Freire (2011) destaca que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, evidenciando que a criança, antes mesmo de dominar o código escrito, interpreta e atribui sentidos às suas vivências cotidianas. Essa compreensão reforça a importância da leitura na infância como prática que articula linguagem, pensamento e construção de significados, contribuindo para a formação de leitores desde os primeiros anos. Por exemplo, ao ouvir uma história contada pelo professor e relacioná-la com situações do seu cotidiano, a criança desenvolve a capacidade de interpretar acontecimentos, expressar sentimentos e construir significados sobre o mundo ao seu redor, demonstrando que a leitura ultrapassa a simples decodificação de palavras e assume papel formador e social.

A escolha do tema “A importância da leitura na Educação Infantil” justifica-se por sua centralidade na formação humana e por sua relevância no contexto pedagógico contemporâneo. Em uma sociedade marcada pelo excesso de estímulos digitais e pelo consumo acelerado de informações, a literatura infantil configura-se como recurso indispensável para o desenvolvimento da concentração, do pensamento crítico, da imaginação e da empatia. Nesse contexto, a escola assume papel fundamental ao garantir o acesso das crianças à leitura de qualidade e a práticas pedagógicas que valorizem a dimensão lúdica, afetiva e formadora da literatura.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (2000) ressalta que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das interações sociais e culturais, o que evidencia a importância do contato da criança com histórias, narrativas e experiências de leitura mediadas por adultos e educadores. No entanto, observa-se que, em muitos contextos educacionais, a leitura ainda é tratada de forma instrumental, limitada à decodificação de palavras, desconsiderando seu potencial estético, simbólico e transformador.

Diante dessa realidade, resulta a problematização que orienta esta pesquisa: como as práticas de incentivo à leitura podem ser efetivamente implementadas na Educação Infantil, especialmente em contextos socioeconômicos diversos e desiguais? Quais desafios são enfrentados por professores e famílias no processo de formação de leitores e quais estratégias pedagógicas podem tornar a leitura uma prática significativa, prazerosa e constante no cotidiano das crianças?

O objetivo geral deste trabalho é analisar a importância da leitura na Educação Infantil como ferramenta para o desenvolvimento integral da criança, compreendendo sua relação com os aspectos cognitivos, sociais e emocionais. Como objetivos específicos, busca-se identificar os principais benefícios da leitura na infância a partir de referenciais teóricos consolidados, investigar metodologias utilizadas pelos docentes na mediação da leitura, discutir a influência do ambiente familiar nesse processo e apresentar reflexões que contribuam para o fortalecimento das práticas de incentivo à leitura.

A relevância acadêmica deste estudo reside na articulação de pressupostos teóricos de autores como Freire, Vygotsky e Piaget, que fundamentam a compreensão da leitura como prática social, cultural e formadora. Do ponto de vista social, a pesquisa justifica-se por contribuir para a democratização do acesso à cultura e à educação, ao refletir sobre estratégias que possam ser aplicadas em diferentes realidades, garantindo que todas as crianças tenham acesso ao universo literário.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentando-se na análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam a leitura na Educação Infantil e o desenvolvimento infantil.

Considerando a importância da leitura no desenvolvimento infantil, este trabalho também discute a relação entre o lúdico e a leitura na Educação Infantil, compreendendo o brincar como elemento fundamental no processo de formação do leitor. Ao articular práticas pedagógicas lúdicas com a literatura infantil, busca-se refletir sobre estratégias que possibilitem o contato prazeroso da criança com os livros, respeitando sua imaginação, suas vivências e seu ritmo de aprendizagem. Dessa forma, a leitura é apresentada não apenas como atividade escolar, mas como experiência significativa que contribui para o desenvolvimento integral da criança.

CAPÍTULO 1 – A LITERATURA INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Tendo em conta que a literatura infantil é um recurso pedagógico indispensável no processo educativo, e que ela possibilita o desenvolvimento integral da criança ao articular aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais, e mais do que um simples instrumento de entretenimento, a literatura configura-se como uma prática formativa que auxilia na construção da linguagem, da imaginação e da criticidade desde os primeiros anos de vida.

Paulo Freire destaca a centralidade da leitura enquanto prática social e formadora de sentidos, enfatizando que o contato com o mundo precede o domínio do código escrito.

Segundo o autor:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 2011, p. 11).

Esse entendimento evidencia que a criança, antes mesmo do domínio da escrita, já é capaz de interpretar e atribuir sentidos às suas vivências. Tal concepção amplia a importância da literatura infantil como espaço de significação e de contato com diferentes formas de linguagem e cultura, reafirmando seu papel na formação humana.

É na educação infantil que se concretiza a formação do leitor, sendo necessário um cuidado especial com as práticas de leitura, pois o desejo por ler surge da forma como a leitura é apresentada à criança, nesse sentido, cabe ao professor mediar o encontro com os livros de maneira prazerosa e significativa, despertando não apenas o hábito, mas principalmente o gosto pela leitura”. Nesse sentido, Lajolo, Cattani e Zilberman afirmam que “a instituição se converte no intermediário entre a criança e a cultura, usando como ponte entre os dois a leitura” (LAJOLO; CATTANI; ZILBERMAN, 1988, p. 21).

Essa mediação é essencial para que o contato da criança com a literatura seja formativo e transformador, permitindo que a leitura seja vivenciada como prática social, cultural e afetiva, e não apenas como instrumento técnico de decodificação.

Inicialmente, os livros destinados às crianças no Brasil eram, em sua maioria, traduções de clássicos europeus, trazidos por autores como Carlos Jansen e Alberto Figueiredo Pimentel no final do século XIX, o que restringia o acesso à leitura às classes mais privilegiadas. Somente a partir de 1917, com a publicação da obra “*Saudade*”, de Thales de Andrade, e, posteriormente, em 1921, com Monteiro Lobato, a literatura infantil brasileira passou a ganhar identidade própria. Ao destacar a relevância desse autor, Nejar afirma que “Monteiro Lobato foi o inventor da literatura infanto-juvenil brasileira, para não dizer pai dessa nova visão” (NEJAR, 2011, p. 301).

Ao longo do tempo, a literatura infantil consolidou-se como um direito da criança, devendo estar presente na escola como forma de garantir a ampliação da imaginação, da criticidade e da sensibilidade. Ao tratar da literatura como elemento essencial à formação humana, Antonio Candido ressalta que:

A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque ela nos humaniza, nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade e o semelhante. (CANDIDO, 2000, p. 83).

Dessa forma, a literatura infantil não deve ser compreendida apenas como recurso auxiliar de ensino, mas como prática essencial para a formação integral da criança. Ao aproximá-la de diferentes universos culturais, promove-se não apenas o aprendizado, mas também o desenvolvimento da imaginação, da sensibilidade e da autonomia leitora. Assim, investir na literatura desde a educação infantil significa garantir às crianças o direito de vivenciar a leitura como experiência formadora, transformadora e humanizadora.

1.1 A literatura como ferramenta pedagógica

A literatura sempre ocupou lugar de destaque na história da humanidade como forma de expressão, comunicação e reflexão sobre a realidade social, cultural e histórica. No contexto educacional, especialmente na Educação Infantil, a literatura infantil assume papel pedagógico relevante ao possibilitar à criança o contato com narrativas que estimulam a imaginação, a linguagem e a compreensão do mundo.

Quando inserida de maneira intencional no cotidiano escolar, a literatura contribui para o desenvolvimento da oralidade, da escuta atenta e da capacidade de interpretação, além de favorecer a ampliação do repertório cultural das crianças. Por meio das histórias, contos e narrativas, a criança tem a oportunidade de entrar em contato com diferentes experiências humanas, valores e sentimentos, construindo sentidos a partir de suas próprias vivências.

Nesse processo, a atuação do professor é fundamental. Pois Cabe a ele organizar situações de leitura que despertem o interesse e o envolvimento das crianças, utilizando estratégias como a contação de histórias, a leitura compartilhada e a exploração de livros adequados à faixa etária. Essas práticas permitem que a leitura seja vivenciada de forma prazerosa e significativa, contribuindo para o desenvolvimento do gosto pelos livros.

Dessa forma, a literatura infantil não deve ser compreendida apenas como apoio à alfabetização, mas como recurso pedagógico que articula aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Ao favorecer experiências de leitura mediadas e contextualizadas, a escola contribui para a formação de sujeitos sensíveis, críticos e participativos, capazes de se expressar e interagir de maneira consciente com o mundo que os cerca.

1.2 Contribuições para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural (despertar de um leitor)

A formação do leitor inicia-se, em grande parte, no espaço escolar, que historicamente se consolidou como mediador entre a criança e a cultura. Nesse contexto, a escola assume papel fundamental ao possibilitar o acesso aos textos literários e ao patrimônio cultural acumulado pela humanidade. Ao discutir essa função mediadora, Lajolo, Cattani e Zilberman afirmam que:

A instituição se converte no intermediário entre a criança e a cultura, usando como ponte entre os dois a leitura. Essa mediação não se dá de forma neutra, pois envolve escolhas, valores e concepções de ensino que interferem diretamente na maneira como a criança se apropria da linguagem escrita. (LAJOLO; CATTANI; ZILBERMAN, 1988, p. 21).

Considerando as autoras observa-se que elas evidenciam que o contato da criança com os textos escritos não deve restringir-se a uma prática mecânica ou instrumental, ao contrário, a leitura precisa ser compreendida como experiência

transformadora, capaz de ampliar a percepção da realidade e favorecer a construção de sentidos, possibilitando ao sujeito leitor interpretar, refletir e dialogar com o mundo.

O desafio do professor, portanto, não se limita à criação de hábitos de leitura, mas envolve despertar no estudante o desejo de ler, compreendendo o ato como prática prazerosa, significativa e emancipadora. Ler não pode ser reduzido à simples busca de respostas prontas ou à decodificação de signos gráficos, deve significar, para a criança, a possibilidade de vivenciar experiências simbólicas, emocionais e culturais que ampliem sua autonomia e fortaleçam sua identidade como sujeito leitor.

Nessa perspectiva, a leitura constitui-se como porta de entrada para um universo no qual o aluno se torna protagonista do processo de construção do conhecimento. Sobre esse aspecto, Lajolo, Cattani e Zilberman destacam que:

A reintrodução da leitura na sala de aula significa o resgate de sua função primordial, buscando, sobretudo, a recuperação do contrato do aluno com a obra de ficção. Esse contrato pressupõe envolvimento, entrega e participação ativa do leitor, que deixa de ser mero receptor para tornar-se coparticipante do texto. (LAJOLO; CATTANI; ZILBERMAN, 1988, p. 19).

Esse contrato estabelecido entre leitor e texto é essencial para que a literatura seja compreendida não apenas como recurso pedagógico, mas como prática formativa que aproxima o mundo real do imaginário, dessa forma, o conhecimento produzido pelo aluno deixa de ser mera reprodução de informações e passa a constituir-se como pacto de construção e partilha de saberes, no qual a leitura assume caráter criativo e reflexivo.

Nesse sentido, a leitura torna-se também uma experiência de formação ética e estética, pois contribui para a ampliação da sensibilidade, da empatia e da compreensão do outro.

As autoras ressaltam ainda que:

A leitura utilizada como instrumento formativo afasta o homem dos vícios, da hipocrisia, da banalidade, da vulgaridade e, sobretudo, do tédio e da angústia, oferecendo-lhe possibilidades de reflexão, de humanização e de ampliação de horizontes culturais. (LAJOLO; CATTANI; ZILBERMAN, 1988, p. 26).

Dessa forma, evidencia-se que a leitura é prática indispensável não apenas para o desenvolvimento cognitivo, mas igualmente para as dimensões emocional e social do sujeito. Ao aproximar a criança de narrativas que dialogam com sua realidade ou lhe apresentam novas perspectivas, a leitura favorece o desenvolvimento da atenção, da memória e da

imaginação, processos essenciais para a construção do pensamento.

Caracterizando-se como mediadora entre sujeito e realidade, a leitura exige participação ativa do leitor, que se compromete com a obra e nela encontra um espaço de diálogo. Conforme afirmam Lajolo, Cattani e Zilberman:

No decorrer desta mediação, os dois seres acham-se comprometidos e entrelaçados, pois o texto não existe sem o leitor, assim como o leitor se transforma a partir da experiência literária, ressignificando sentidos e ampliando sua compreensão do mundo. (LAJOLO; CATTANI; ZILBERMAN, 1988, p. 20).

Portanto, compreender a leitura como contribuição para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural implica reconhecer sua dimensão integral. Mais do que decodificação de signos, a leitura deve ser apresentada como prática viva, que envolve razão e emoção, estimulando a atenção, a memória, a imaginação e a afetividade. Ao despertar leitores críticos e sensíveis, a escola cumpre seu papel de mediar saberes e possibilitar que a criança descubra, por meio da literatura, a magia da linguagem e a multiplicidade do mundo.

1.3 A história da literatura infantil no Brasil

A literatura brasileira possui mais de cinco séculos de tradição, sendo a Carta de Pero Vaz de Caminha, de 1500, considerada por muitos como seu marco inaugural. Para Nejar (2011), esse documento simboliza o início de uma longa trajetória literária, que, ao longo do tempo, expressou as transformações políticas, culturais e sociais vividas pelo país. Durante o período colonial, a produção literária esteve profundamente ligada à Igreja e à Coroa portuguesa, destacando-se a obra catequética de José de Anchieta, que escreveu poemas, autos e sermões com o objetivo de evangelizar os povos indígenas. Apesar de fortemente marcada pela tradição portuguesa, já era possível identificar na literatura colonial elementos de um sentimento de identidade nacional.

Como observa Veríssimo (1998, p. 13),

a nossa literatura colonial manteve aqui tão viva quanto lhe era possível a tradição literária portuguesa. Submissa a esta repetindo-lhe as manifestações, embora sem nenhuma excelência e antes inferiormente, animou-a, todavia, desde o princípio o nativo sentimento de apego à terra e afeto às suas cousas.

Com a independência e a chegada do Romantismo, no século XIX, a literatura brasileira passou a valorizar o nacionalismo, a natureza exuberante e a figura do indígena, consolidando-se como expressão de identidade cultural. Para Candido (2000), a produção literária precisa ser entendida em diálogo com o contexto social e histórico, visto que a obra revela tanto a visão de mundo do autor quanto as condições de sua época.

A virada ocorreu no início do século XX. Em 1917, Thales de Andrade publicou *Saudade*, considerado o primeiro livro escrito especificamente para crianças brasileiras. Poucos anos depois, em 1921, Monteiro Lobato lançou *A menina do nariz arrebitado*, inaugurando uma nova fase da literatura infantil. Lobato inovou ao criar personagens e narrativas em linguagem acessível ao universo da criança, mesclando fantasia, crítica social e cultura popular. Para Nejar (2011, p. 301), ele *foi* “o inventor da literatura infantil e infanto-juvenil, para não dizer pai dessa nova visão”.

Assim, a literatura infantil no Brasil consolidou-se como prática cultural e direito da criança, deixando de ser apenas recurso escolar ou moralizante para afirmar-se como experiência estética, formativa e transformadora. Ao longo do tempo, passou a ocupar lugar de destaque no processo educativo, garantindo não apenas o acesso à leitura, mas também a construção da sensibilidade, da imaginação e da criticidade desde a infância.

CAPÍTULO 2 – O LÚDICO E O BRINCAR COMO ALIADOS DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O brincar constitui uma das manifestações mais autênticas da infância e representa um dos principais meios pelos quais a criança observa, experimenta e interpreta o mundo. Ao brincar, a criança expressa emoções, explora papéis sociais, constrói significados, desenvolve a imaginação e estabelece relações com o meio e com o outro. Dessa forma, o brincar não pode ser compreendido como uma atividade secundária ou meramente recreativa, mas como um eixo estruturante do desenvolvimento infantil e do processo educativo.

Esse entendimento está assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e reafirmado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece o brincar como direito fundamental e condição essencial para o desenvolvimento integral. A BNCC institui as interações e as brincadeiras como eixos centrais da Educação Infantil, destacando que é por meio deles que as crianças constroem conhecimentos, ampliam repertórios culturais, desenvolvem autonomia, linguagem, imaginação, curiosidade e a capacidade de conviver com as diferenças (BRASIL, 2017).

Ao tratar da centralidade do brincar nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular explicita que:

Na Educação Infantil, as práticas pedagógicas devem ter como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, garantindo experiências que promovam o desenvolvimento integral das crianças e assegurem seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, em contextos significativos e afetivamente acolhedores. (BRASIL, 2017, p. 38).

A partir dessa orientação, a ludicidade é compreendida como experiência que possibilita à criança agir sobre o mundo, atribuir significados às suas vivências, elaborar sentimentos e participar ativamente das práticas culturais do seu contexto. Cabe ao professor atuar de forma intencional e mediadora, promovendo experiências que favoreçam o brincar livre, o faz-de-conta, as interações cooperativas e as descobertas espontâneas, sem reduzir o ato de brincar a exercícios mecânicos ou atividades dirigidas e descontextualizadas.

Dessa forma, o brincar, pautado pelas diretrizes da BNCC, configura-se como prática educativa essencial e potente, que contribui para a formação integral do sujeito infantil ao articular desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e motor, possibilitando que a criança se reconheça como protagonista de sua própria aprendizagem.

De acordo com Kishimoto (2011, p. 24), “o brincar é uma atividade natural da infância e constitui um espaço privilegiado para a aprendizagem e o desenvolvimento”. A autora ressalta que, ao brincar, a criança constrói hipóteses sobre o mundo, exercita a imaginação, reproduz experiências do cotidiano e desenvolve a linguagem, estabelecendo uma ponte entre o real e o simbólico, característica essencial do pensamento infantil.

Piaget (1978, p. 95) complementa essa compreensão ao afirmar que “o jogo é uma forma de assimilação da realidade, em que a criança recria, em seu universo simbólico, as situações vividas e observadas, favorecendo a construção do conhecimento”. Sob essa perspectiva, o brincar permite que a criança reorganize cognitivamente suas experiências, atribuindo novos sentidos às situações vividas.

No campo sociocultural, Vygotsky (2000) interpreta o brincar como instrumento de mediação entre a criança e o meio social. Para o autor, é no jogo que a criança projeta desejos, exercita a imaginação e internaliza regras e valores sociais, promovendo avanços significativos em seu desenvolvimento cognitivo e emocional.

Assim, a atividade lúdica ultrapassa o campo do entretenimento e assume caráter formativo, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e das interações sociais.

Nessa mesma direção, Oliveira (2005) destaca que as brincadeiras, por sua natureza simbólica, possibilitam que as crianças representem papéis sociais, experimentem conflitos e elaborem novas formas de expressão e comunicação. O brincar, portanto, constitui-se como linguagem própria da infância, por meio da qual a criança dialoga com o mundo e com os outros.

Dessa forma, o brincar é compreendido como ação essencialmente educativa, pois possibilita que a criança se desenvolva em suas dimensões física, cognitiva, afetiva e social. Ao integrar ludicidade e intencionalidade pedagógica, a Educação Infantil promove experiências significativas que favorecem a aprendizagem, a imaginação, a autonomia e a formação integral do sujeito infantil.

2. 1 Práticas pedagógicas lúdicas e a relação entre o lúdico e a leitura na Educação Infantil

A relação entre o lúdico e a leitura na Educação Infantil é profunda e indissociável, pois ambas as práticas estão relacionadas à imaginação, à criatividade e à construção simbólica da criança. A literatura infantil, quando mediada de forma prazerosa e significativa pelo professor, desperta o interesse pelo mundo da leitura e contribui para o desenvolvimento da linguagem, da sensibilidade e da capacidade de interpretação. Nesse sentido, a leitura pode ser compreendida como uma extensão do brincar, uma vez que envolve fantasia, descoberta e emoção.

Ao tratar da leitura como prática formadora de sentidos, Paulo Freire ressalta que a compreensão da linguagem escrita está diretamente relacionada às experiências vividas pela criança. Segundo o autor:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1989, p. 11).

Essa perspectiva evidencia que, ao ouvir histórias, explorar imagens e participar de atividades lúdicas relacionadas à leitura, a criança interpreta o mundo e constrói significados a partir de suas próprias vivências. Dessa forma, brincar e ler

constituem práticas complementares no processo de formação do sujeito leitor, pois ambas favorecem a imaginação, a linguagem e o diálogo com a realidade.

Segundo Coelho (2000), a literatura infantil atua tanto no desenvolvimento intelectual quanto emocional da criança, oferecendo formas sensíveis de compreender o mundo e de expressar sentimentos. A autora destaca que a literatura não deve ser utilizada apenas como instrumento pedagógico, pois, quando reduzida a essa função, pode perder seu caráter estético e formativo.

Essa reflexão aproxima-se das contribuições de Zilberman (2003, ao alertar para os riscos de uma leitura excessivamente escolarizada, que transforma o texto literário em objeto técnico de estudo e afasta a criança do prazer de ler. Nesse sentido, a leitura precisa ser vivenciada como uma experiência de encantamento, imaginação e sensibilidade, especialmente na Educação Infantil.

Ao articular ludicidade e leitura, a prática pedagógica favorece situações em que a criança interage com os textos de maneira espontânea e prazerosa. Atividades como contação de histórias, dramatizações, jogos simbólicos, reconto oral e exploração de imagens permitem que a leitura esteja presente no cotidiano escolar de forma natural e significativa.

Sobre a importância do brincar no desenvolvimento infantil, Kishimoto (2011) destaca que o lúdico possibilita aprendizagens relevantes ao integrar imaginação, linguagem e experiência social. Segundo a autora:

O brincar é uma atividade natural da infância e constitui um espaço privilegiado para a aprendizagem e o desenvolvimento, pois, ao brincar, a criança constrói hipóteses sobre o mundo, exercita a imaginação, reproduz experiências do cotidiano e desenvolve a linguagem. (KISHIMOTO, 2011, p. 24).

Essas experiências lúdicas relacionadas à leitura contribuem para o desenvolvimento da oralidade, da escuta atenta e da capacidade de interpretação, fortalecendo o vínculo da criança com os livros e com as narrativas. Assim, o lúdico revela-se como mediador essencial da leitura na Educação Infantil, favorecendo que as crianças associem o ato de ler ao prazer, e não à obrigação.

Ao brincar com as palavras, com as imagens e com as histórias, a criança reconhece-se como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento. Dessa forma, a leitura se consolida como um espaço de liberdade, imaginação e criação, sendo tão importante quanto o brincar para o desenvolvimento integral da criança na

Educação Infantil.

2.2 A mediação do professor como incentivador do lúdico e da leitura

O papel do professor na Educação Infantil é o de mediador entre o universo lúdico e a linguagem literária. Cabe ao educador criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento da leitura, assegurando o contato cotidiano da criança com livros, histórias e diferentes gêneros textuais, de modo que a leitura seja vivenciada como experiência significativa e prazerosa desde os primeiros anos.

Segundo Oliveira (2005), a mediação pedagógica consiste em criar condições para que a criança participe ativamente da construção de seu conhecimento, o que inclui proporcionar experiências que articulem linguagem, imaginação e interação social. Nesse sentido, o professor não atua como transmissor de conteúdos prontos, mas como sujeito que organiza situações de aprendizagem, provoca curiosidade e amplia as possibilidades de ação e reflexão da criança.

A literatura infantil, quando mediada com sensibilidade, deve ser apresentada como experiência estética e formativa. De acordo com Coelho (2000), o livro precisa ser introduzido no cotidiano da criança como objeto de interesse e descoberta, permitindo o manuseio, a exploração e a construção de vínculos afetivos com a leitura, favorecendo o desenvolvimento da autonomia leitora.

O ambiente educativo também desempenha papel decisivo nesse processo. Espaços organizados, acessíveis e acolhedores favorecem o vínculo da criança com os livros e com as práticas de leitura, permitindo que a literatura esteja integrada à rotina escolar e às experiências de brincar, dessa forma, a leitura deixa de ser uma atividade isolada e passa a constituir-se como prática cotidiana, articulada às interações e às vivências lúdicas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reforçam que as práticas pedagógicas devem assegurar experiências que promovam a convivência, a imaginação, a interação e a linguagem, garantindo o desenvolvimento integral das crianças (BRASIL, 2010). Essa orientação destaca a importância do planejamento intencional do professor, que deve compreender cada leitura, cada brincadeira e cada história contada como oportunidade singular de desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirma essa concepção ao reconhecer o brincar como eixo estruturante da Educação Infantil e ao orientar que as práticas pedagógicas estejam fundamentadas nas interações e nas brincadeiras.

Conforme estabelece o documento:

Na Educação Infantil, as práticas pedagógicas devem ter como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, garantindo experiências que promovam o desenvolvimento integral das crianças e assegurem seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, em contextos significativos e afetivamente acolhedores. (BRASIL, 2017, p. 38).

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (2000) sustenta que a aprendizagem ocorre inicialmente no plano social, para depois se internalizar no plano individual, o que reforça o papel do educador como mediador das interações. Ao articular ludicidade, leitura e convivência, o professor cria situações que favorecem o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e das relações sociais, guiando a criança em um percurso de descobertas simbólicas e afetivas.

Essa concepção dialoga com Freire (1989), ao afirmar que ensinar não significa transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção e construção. Nessa perspectiva, a leitura e o brincar, quando mediados de forma sensível e intencional, transformam-se em práticas formadoras e emancipadoras, capazes de ampliar o repertório cultural e crítico da criança.

Considerando as reflexões apresentadas ao longo deste capítulo, compreende-se que o lúdico e a leitura, quando articulados de maneira planejada, constituem instrumentos potentes na formação integral da criança. O brincar expressa a liberdade criadora e a imaginação, enquanto a leitura amplia o repertório simbólico e crítico, juntas, essas experiências contribuem para a construção de sujeitos ativos, curiosos e autônomos.

Dessa forma, a literatura infantil, quando vivenciada em ambientes acolhedores e mediada por educadores conscientes de seu papel, deixa de ser um simples recurso pedagógico e torna-se espaço de encontro entre o real e o imaginário, entre o eu e o outro. Ao integrar ludicidade e leitura, o professor atua como mediador que provoca, acolhe e amplia as hipóteses das crianças, favorecendo o desenvolvimento da imaginação, da oralidade e da construção de repertórios simbólicos e culturais, em consonância com as orientações da BNCC e com as contribuições de Vygotsky e Freire.

CAPÍTULO 3 DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PROMOÇÃO DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A leitura na Educação Infantil constitui-se como direito e necessidade formativa, porém sua efetivação nos contextos escolares envolve desafios concretos relacionados a infraestrutura, formação docente, participação da família e políticas públicas. Ao mesmo tempo, tais desafios abrem espaço para práticas inovadoras que fortaleçam o desenvolvimento integral das crianças, assegurando experiências estéticas, culturais e afetivas com a linguagem.

3.1 Barreiras enfrentadas na promoção da leitura

Apesar do reconhecimento da importância da leitura para a infância, muitas instituições escolares ainda enfrentam limitações que impactam diretamente a formação dos pequenos leitores. Entre essas barreiras, destacam-se a escassez de materiais literários diversificados, a ausência de ambientes adequados e atrativos e o tempo reduzido destinado a situações de leitura significativa. Em muitos contextos, especialmente nas redes públicas de ensino, a inexistência de bibliotecas estruturadas e de acervos atualizados compromete a democratização do acesso ao livro e à literatura.

Outro aspecto relevante refere-se às desigualdades sociais e culturais que influenciam o repertório e as oportunidades de contato com o universo literário fora da escola. Nem todas as crianças vivenciam experiências leitoras em seus contextos familiares, o que reforça a responsabilidade da escola em garantir esse direito. Nessa perspectiva, Paulo Freire (1989) compreende a leitura como prática vinculada às experiências vividas pelo sujeito, defendendo que a compreensão da palavra está ancorada na leitura crítica do mundo e do contexto social.

Essa concepção evidencia que a promoção da leitura na Educação Infantil exige práticas que dialoguem com a realidade da criança, ampliando seu horizonte cultural e possibilitando a construção de sentidos a partir de suas vivências. No entanto, observa-se que práticas pedagógicas mecânicas, centradas apenas na preparação para a alfabetização formal, ainda persistem em muitas escolas, distanciando a literatura de sua dimensão estética, sensível e lúdica.

Historicamente, a leitura escolar esteve associada a abordagens centradas na decodificação e na recepção passiva do texto, o que afastou o aluno de uma postura

ativa diante da leitura. Esse modelo tradicional reduziu a leitura a um exercício técnico, limitando a compreensão e desconsiderando o papel do leitor na construção de sentidos. Em oposição a essa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular propõe práticas que valorizem a interação, o diálogo e a participação ativa da criança no processo de aprendizagem.

Ao tratar da leitura e da linguagem na Educação Infantil, a BNCC explicita que:

Na Educação Infantil, as práticas pedagógicas devem ter como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, garantindo experiências que promovam desenvolvimento integral das crianças e assegurem seus direitos de aprendizagem desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, em contextos significativos e afetivamente acolhedores. (BRASIL, 2017, p. 38).

Essa orientação reforça que a leitura deve ser compreendida como prática social e cultural, desenvolvida por meio das interações e mediada pelo professor, em ambientes que valorizem o lúdico, a oralidade e a escuta sensível. Nessa mesma direção, Vygotsky (2000) sustenta que o aprendizado ocorre inicialmente no plano social, sendo posteriormente internalizado pelo sujeito, o que evidencia a importância das relações e da mediação no desenvolvimento da linguagem e da leitura.

Assim, superar as barreiras enfrentadas na promoção da leitura implica repensar as condições materiais, pedagógicas e formativas presentes na escola. Ao garantir espaços adequados, acervos diversificados e práticas pedagógicas mediadas, a Educação Infantil pode promover experiências literárias significativas que favoreçam não apenas a formação de leitores, mas também o desenvolvimento da autonomia, da autoria e do pensamento crítico desde os primeiros anos da escolarização.

3.2 O papel do professor e a formação docente

O professor ocupa lugar central na formação de leitores, pois é ele quem cria situações de encantamento, mediação e diálogo com o texto literário. Ser mediador da leitura exige sensibilidade, escuta ativa, preparo pedagógico e repertório cultural, uma vez que a leitura, na Educação Infantil, constitui-se como prática social e formadora de sentidos.

A Base Nacional Comum Curricular destaca que a linguagem deve ser trabalhada de forma integrada na Educação Infantil, contemplando gestos, oralidade, leitura e escrita emergente, reconhecendo a criança como sujeito que interpreta,

narra, imagina e produz sentidos em interação com o outro e com o meio (BRASIL, 2017). Nessa perspectiva, o papel do professor ultrapassa a simples transmissão de conteúdo, assumindo a função de organizador de experiências significativas de aprendizagem.

Apesar disso, muitos docentes enfrentam desafios relacionados à formação específica para a mediação leitora. Para atuar como promotor de experiências literárias significativas, o educador precisa dominar estratégias como leitura dialogada, reconto, dramatização e exploração de livros de imagem, de modo a favorecer o envolvimento da criança com o texto e a construção de sentidos.

Ao refletir sobre o ato de ler, Paulo Freire ressalta que a leitura é um processo ativo, criativo e dialógico, conforme afirma:

Ler não é caminhar sobre as palavras; é tomar posse do lido, é recriar, é criar, é reescrever o que se lê, é descobrir a trama das ideias que o texto traz, e recriá-las no diálogo vivo com o autor. (FREIRE, 1996, p. 32).

Essa concepção reforça que o professor, ao mediar a leitura, não transmite conteúdos prontos, mas cria condições para que a criança pense, sinta e produza sentidos próprios. Tais práticas, quando articuladas ao brincar e à imaginação, funcionam como pontes entre a leitura e a emergência da escrita, pois permitem que a criança observe estruturas, relacione sons e símbolos e desenvolva autonomia expressiva desde os primeiros anos.

3.3 Da competência leitora à competência escritora na infância

O desenvolvimento da competência leitora está diretamente relacionado à constituição da escrita, sobretudo quando ambas são compreendidas como práticas sociais e culturais. Na Educação Infantil, a criança inicia sua relação com a linguagem escrita a partir das experiências de leitura, da oralidade, da escuta atenta, da observação de textos e da interação com diferentes manifestações simbólicas. A escrita, nesse contexto, emerge como necessidade de comunicar, registrar vivências, expressar sentimentos e atribuir sentidos ao mundo.

Ao vivenciar situações significativas de leitura, a criança constrói hipóteses sobre a linguagem, experimenta marcas gráficas, desenhos, registros espontâneos e narrativas orais, estabelecendo relações entre o que escuta, observa e produz. Assim, a leitura e a escrita não se configuram como processos dissociados, mas como

experiências interdependentes que se fortalecem mutuamente desde a infância.

Essa concepção é reforçada pelas orientações da Base Nacional Comum Curricular, que compreende a linguagem como eixo estruturante do desenvolvimento infantil e reconhece a criança como sujeito ativo na construção de sentidos. A BNCC estabelece que:

Na Educação Infantil, as práticas pedagógicas devem ter como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, garantindo experiências que promovam o desenvolvimento integral das crianças e assegurem seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, em contextos significativos e afetivamente acolhedores. (BRASIL, 2017, p. 38).

A partir dessa orientação, compreende-se que as práticas de leitura e escrita devem ser organizadas de forma integrada, respeitando os tempos, os interesses e as formas próprias de expressão da criança. Ao participar de rodas de leitura, reconto oral, dramatizações, exploração de livros de imagem e produções espontâneas, a criança amplia seu repertório linguístico, desenvolve a imaginação e inicia o processo de autoria.

Nessa perspectiva, a leitura do mundo antecede e sustenta a leitura da palavra, conforme destaca Paulo Freire ao compreender a linguagem como prática de interpretação da realidade. A escrita, portanto, surge como extensão da experiência leitora, permitindo que a criança registre, reelabore e ressignifique suas vivências, assumindo progressivamente uma postura autoral.

A promoção da leitura na Educação Infantil, desse modo, exige práticas pedagógicas planejadas e intencionalmente mediadas, que valorizem a literatura como direito e favoreçam a emergência da escrita sem antecipações mecânicas ou reducionistas. Ao integrar leitura, oralidade, escuta, brincadeira e produção espontânea, o professor cria condições reais para o desenvolvimento da linguagem e para a construção da autonomia expressiva.

Ao reconhecer a criança como sujeito ativo no processo de aprendizagem, a escola fortalece a articulação entre leitura e escrita emergente, promovendo experiências significativas que contribuem para a formação do leitor e do escritor em processo. Assim, a leitura se afirma como prática social e cultural, capaz de ampliar repertórios, estimular a sensibilidade estética e favorecer a autoria infantil desde os primeiros anos de escolarização.

Dessa forma, a Educação Infantil cumpre seu compromisso formativo ao garantir o direito às múltiplas linguagens, possibilitando que cada criança vivencie a leitura e a escrita como experiências afetivas, lúdicas e emancipadoras, fundamentais para o desenvolvimento integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a importância da leitura na Educação Infantil, evidenciando sua relevância para o desenvolvimento integral da criança e para a construção de uma educação humanizadora, inclusiva e significativa. Ao longo do estudo, observou-se que o contato com a literatura desde a infância exerce papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e linguístico, favorecendo a imaginação, a criatividade, a capacidade interpretativa e a construção de vínculos afetivos com a cultura escrita.

Com base nos referenciais teóricos discutidos, compreendeu-se que a leitura ultrapassa a simples decodificação de palavras, constituindo-se como prática social, cultural e simbólica. Nesse sentido, a criança é reconhecida como sujeito ativo que lê o mundo, interpreta suas experiências e atribui significados à realidade que a cerca. A escola, portanto, assume papel determinante ao garantir o acesso à literatura de qualidade, à organização de ambientes alfabetizadores ricos em estímulos e à proposição de práticas pedagógicas que valorizem a ludicidade, a escuta sensível e a participação ativa das crianças.

Os resultados do estudo reafirmam ainda que a mediação docente é fator essencial para o sucesso das práticas de leitura na Educação Infantil. Professores preparados, sensíveis e comprometidos com um trabalho pedagógico intencional criam oportunidades reais para que as crianças vivenciem a leitura como experiência de prazer, diálogo, investigação e criação, fortalecendo o desenvolvimento da linguagem e da autonomia expressiva.

Conclui-se, portanto, que promover a leitura na Educação Infantil significa investir na formação de sujeitos críticos, criativos e participativos, capazes de se comunicar, interpretar, imaginar e transformar seu contexto social. Cabe às instituições escolares, às políticas educacionais e às famílias fortalecer ações que assegurem o acesso democrático aos livros e às práticas leitoras, garantindo que toda criança possa vivenciar a literatura como experiência formativa e emancipadora.

Assim, reafirma-se que a leitura deve ser compreendida como um direito fundamental da infância, o direito de sonhar, imaginar, sentir e construir sentidos sobre o mundo e sobre si. Cultivar leitores desde a primeira infância constitui, portanto, uma tarefa ética, pedagógica e social, indispensável para a promoção de uma educação de qualidade e para o exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2010.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise e didática**. São Paulo: Moderna, 2000.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LAJOLO, Marisa; CATTANI, Maria Isabel; ZILBERMAN, Regina. **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- NEJAR, Carlos. **História da literatura brasileira: da Carta de Caminha aos contemporâneos**. São Paulo: Leya, 2011.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.
- PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes,

2000

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** 11. ed. São Paulo: Global, 2003.